

29 OUT 1987

AVC P2

JORNAL DE BRASÍLIA

# Autonomia do DF

A aprovação da autonomia política para o Distrito Federal, pela Comissão de Sistematização da Constituinte, foi um passo importante na vida da capital da República. Em 1990, serão eleitos o governador e a Assembléia Legislativa de Brasília, que deixará de ser uma cidade cassada e sua população considerada menor de idade, irresponsável politicamente.

A vitória da autonomia se deu por ampla margem de votos (83 a 8) e, desta forma, a Comissão de Sistematização resgatou uma dívida da Nova República para com o povo de Brasília. Num período de memória curta, é importante lembrar que a autonomia da capital foi um compromisso solene assumido por Tancredo Neves, em nome da Aliança que o apoiava, em sua campanha eleitoral. Assim foi dado um passo que é considerado definitivo pelos observadores para que o eleitorado do Distrito Federal escolha seus governantes.

Anular a resolução da Comissão de Sistematização será muito difícil, pois seriam necessários 280 votos no plenário da Constituinte para

que isto ocorresse. Tendo em vista que na Comissão só oito representantes ficaram contra os eleitores do Distrito Federal, a hipótese é quase impossível de se verificar.

Aqueles que combateram a autonomia da capital se basearam em dois tipos de argumentos: a participação de recursos de origem federal no orçamento do DF é muito elevada e, a nível político, seria perigoso ter um Governo na capital da República que pudesse ser de partido contrário ao dominante no poder central.

O argumento da inexistência de autonomia financeira é irrelevante, quando se propõe justamente uma ampla reforma fiscal que dê auto-suficiência aos Estados. O problema não é, portanto, só do Distrito Federal e nunca poderia justificar uma medida que representa, na verdade, a cassação parcial dos direitos políticos de todos os habitantes de Brasília.

Quanto ao risco de não haver coincidência de orientação política entre o poder central e o que venha a vencer no Distrito Federal, o argumento não convence. É próprio da federação a existência desta não coincidên-

cia. Para o Governo central, a existência de governos de outros partidos em estados como São Paulo e Minas Gerais, para citar só dois exemplos, é muito mais importante que a eventual ocorrência disto em Brasília.

Na realidade, a insistência na cassação da autonomia de Brasília esconde, na verdade, o medo da democracia, do sufrágio universal. Existem dois pressupostos que são aceitos, mesmo não explicitamente, na argumentação dos cassadores: o povo não sabe votar e os políticos são irresponsáveis. Levando esta argumentação às suas conseqüências últimas, só seria possível um regime tutelado, em que "as elites" tivessem o poder de definir os governantes. E a negação da democracia.

O nosso mundo político ainda é muito subdesenvolvido, mas aqueles que se arvoraram, durante anos, em seus tutores, não brilharam politicamente. Só com a prática da democracia é que ela poderá ser aperfeiçoada. E a experiência que Brasília em breve passará a viver.